

Construtoras querem atrair beneficiário do Bolsa Família para obras

Trabalho Déficit de mão de obra

Construtoras querem atrair público do Bolsa Família para trabalhar em obras

— Proposta ao governo ainda está em fase de preparação, mas deve incluir parâmetros flexíveis para que pessoas possam trabalhar na construção sem perder o benefício social

CIRCE BONATELLI

Perto de bater o recorde de contratações e com dificuldades de atrair novos trabalhadores, as construtoras estão formulando uma proposta a ser apresentada ao governo para estimular a população atendida por programas sociais, como o Bolsa Família, a se apresentar para trabalhar nos canteiros de obras. Na visão dos empresários, os programas sociais se tornaram “concorrentes”, uma vez que a maior parte das pessoas que recebe auxílio fica fora do mercado de trabalho formal.

“Precisamos dos programas sociais no Brasil, mas eles são nossos concorrentes”, afirmou Rubens Menin, fundador da MRV. “Estamos fazendo a nossa parte em capacitar e melhorar a produtividade, bem como melhorar a qualidade das vagas. A construção civil não é mais aquela de antigamente. Temos bons empregos e boa remuneração.”

“Temos de levar uma proposta oficial ao presidente Lula para essas pessoas resgatem a possibilidade de entrar no mercado de trabalho e melhorar as suas condições de vida”, defendeu o presidente do Sindicato da Habitação (Secovi-SP) e sócio da Plano&Plano, Rodrigo Luna. “Somos um

país pobre e que precisa cuidar do lado social. Mas também precisamos criar políticas que resgatem a dignidade das pessoas e proporcionem oportunidades para que se tornem autossuficientes.”

A proposta, ainda em gestação, envolve uma possível campanha das vantagens de se trabalhar nas obras e até sugere parâmetros mais flexíveis que os atuais para o público trabalhar sem perder a Bolsa Família.

FALTA DE MÃO DE OBRA. Construtoras estão com dificuldade de encontrar mão de obra qualificada, o que as obriga a pagar salários mais altos. O setor está aquecido e atingiu a marca de 2,9 milhões de empre-

Perto do recorde Setor emprega 2,9 milhões de pessoas e está perto do recorde histórico, de 3,1 milhões em 2014

gos formais, puxado por obras comerciais e residenciais, especialmente do Minha Casa, Minha Vida. Este é o maior nível de emprego em uma década, chegando perto do recorde histórico, de 3,1 milhões em 2014.

O salário médio de admissão na construção está em R\$ 2.315, segundo o Ministério do

Para entender

Qual o objetivo da proposta em estudo

● **Dificuldade de contratação**
Com mercado de trabalho aquecido, empresas relatam dificuldade na contratação de trabalhadores, por falta de mão de obra disponível

● **'Concorrência'**
Na visão dos empresários, programas sociais como o Bolsa Família são “concorrentes” do trabalho formal, já que a maior parte das pessoas beneficiadas fica fora do mercado formal de trabalho

● **Gestação**
O estudo, ainda em gestação, prevê flexibilidade para que o trabalhador não perca o benefício do Bolsa da Família

● **Valor do benefício**

Criado há 21 anos, o Bolsa Família atende 20,7 milhões de famílias com valor médio de R\$ 684 por mês. Para ter direito ao benefício, a renda de cada pessoa da família deve ser de até R\$ 218 mensais

● **Carteira assinada**

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, ao menos 2,8 milhões de famílias beneficiadas (13,5% do total) têm um membro com carteira assinada. Neste ano, os beneficiários ficaram com 56% das 1,5 milhão de vagas formais geradas

● **Salário nas obras**

O salário médio de admissão na construção é de R\$ 2.315, o terceiro mais alto, atrás apenas de finanças, com R\$ 2.324, e administração e serviços públicos, com R\$ 2.455, segundo o Ministério do Trabalho

mercado de trabalho.”

Há muitos beneficiários em postos informais, como faxineiros, jardineiros, feirantes, pedreiros, motoristas, entregadores, entre outros.

REGRA MAIS FLEXÍVEL. Desde o ano passado, o Bolsa Família ganhou uma regra que garante a manutenção do benefício mesmo a quem tenha a carteira de trabalho assinada. O objetivo foi incentivar a procura por emprego. Chamada Regra de Proteção, ela prevê que famílias em que a renda subir acima de R\$ 218 por pessoa sigam recebendo benefícios. Para isso, o aumento de renda não pode ultrapassar meio salário mínimo (R\$ 706) por indivíduo. Nessas condições, passam a receber 50% do valor regular do benefício por até 24 meses.

O problema, na visão de Laura, é que o trabalho formal muitas vezes não dá segurança suficiente para essa população aceitar a mudança. “Caminhar do benefício para o mercado de trabalho é difícil. O mercado é incerto em termos de continuidade da vaga e do salário. Perder a Bolsa integral assusta, até porque as pessoas de menor escolaridade são cada vez mais expulsas do mercado de trabalho. O ideal seria ter um prêmio e uma redução gradual do benefício”, defendeu. ●

Trabalho. “Um bom oficial de carpintaria ganha mais de R\$ 10 mil em obra”, diz Luna.

Professora do Insper e especialista em políticas públicas, Laura Muller Machado defendeu o papel do Bolsa Família. “As pessoas não se sujeitam a trabalhar por menos do que já recebem no programa. Ao meu

ver, isso é bom. O programa foi um mecanismo de combate à miséria e ao trabalho escravo.”

Mas ela ressalta a importância de aprimoramentos. “É preciso que empresários ofereçam salários e condições de emprego mais atrativos. E, do lado do governo, mecanismos de saída do benefício rumo ao

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia e Negócios Caderno: B Pagina: 1